

Extrativismo e Ambições Atômicas

O Modelo de Desenvolvimento Brasileiro e os Alemães

Na novo vocabulário do ministério alemão das Relações Exteriores, o Brasil está entre as “potências modeladoras do mundo” com quem o governo alemão gostaria de dialogar de igual para igual. Pelo menos foi o que disse o ministro Guido Westerwelle em sua segunda visita ao Brasil, em fevereiro de 2012. Pouco antes, o Brasil havia ascendido oficialmente à posição de sexta maior economia do mundo, de acordo com seu PIB.

Westerwelle, que em suas várias viagens à América Latina é claramente visto como aquele que abre as portas para as empresas alemãs, aposta em bons negócios com o Brasil, país que ele classifica como “centro de poder da América Latina”. Ele está engajado na criação de um ambiente propício a investimentos de empresas alemãs e na eliminação de barreiras alfandegárias, principalmente por um acesso preferencialmente livre às matérias-primas da região, como fica claro a partir da leitura de diversos documentos do governo alemão e da União Europeia.

Ao longo do século XX, empresas alemãs desempenharam um importante papel em determinados setores na modernização do Brasil. No final de 1926, o hidroavião Dornier Atlântico percorreu a rota Buenos Aires-Montevideú-Porto Alegre-Rio de Janeiro. Esta viagem inaugural fora organizada pelo Condor-Syndikat, filial da Deutsche Aero-Lloyd/Lufthansa, que pouco depois participaria com 19% no capital da Varig, a primeira linha aérea brasileira. Até o fim dos anos 1930, a frota da Varig consistia de diversos equipamentos alemães.

Com cerca de 800 empresas teuto-brasileiras, São Paulo é a maior sede mundial da indústria alemã. No Brasil inteiro, são mais de 1.200 empresas. A Volkswagen do Brasil existe desde 1953 e hoje conta com cinco fábricas. Com isso, o Brasil é o terceiro maior país fabricante da montadora VW, logo depois de Alemanha e China. Em 2011, a multinacional alemã conseguiu um resultado recorde no Brasil, com mais de 800 mil veículos produzidos no país, mantendo sua posição de primeiro lugar no ranking para o mercado interno. Trata-se de uma marca de grande força simbólica. Nas metrópoles brasileiras, as consequências do *boom* de automóveis são visíveis no dia a dia. Símbolo de status por excelência, o carro barra a mobilidade e deteriora a qualidade de vida de milhões de pessoas. A ampliação do transporte público de curta distância não consegue dar conta do recado.

Sob a liderança do pragmático político de esquerda Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) e da atual presidenta Dilma Rousseff, o Brasil registra taxas de crescimento acima da média, mas que em grande parte estão ligadas ao *boom*

de matérias-primas dos últimos anos. É a variante brasileira de uma política social-democrata que reúne a ambição pelo crescimento e os esforços por melhorias sociais. Com medidas concretas para a inclusão social de milhões de brasileiros, o governo do PT até ultrapassou os social-democratas europeus pela esquerda, mas o capital nacional e internacional também está feliz com o rumo que o Brasil tomou. Em termos econômicos, tanto Lula quanto Dilma apostaram amplamente na continuidade, apesar do nítido distanciamento retórico do programa neoliberal. Assim como seus colegas sul-americanos, são adeptos de um “extrativismo saqueador (...) com amplo alcance geográfico, fortes efeitos sociais e ambientais, bem como vantagens duvidosas para o desenvolvimento nacional”, como expressou o ambientalista uruguaio Eduardo Gudynas. Segundo ele, estariam sendo criados enclaves econômicos com forte presença de conglomerados multinacionais, em que os custos sociais e ambientais seriam externalizados. A consequência disso é que, em termos ambientais, o Brasil engatou a marcha à ré.

Ainda que nos últimos anos muita coisa tenha sido escrita sobre o “novo” *global player* Brasil nos governos de Lula e Rousseff, é preciso dizer que a ambição de fazer do país uma potência não é exatamente nova entre governantes brasileiros. Para isso, o domínio da tecnologia nuclear sempre lhes pareceu imprescindível. E na República Federal da Alemanha sempre encontraram ouvidos – entre outras razões porque isso também servia aos interesses do *lobby* da indústria nuclear.

Do ponto de vista estritamente econômico, a construção das duas usinas nucleares em Angra dos Reis – que funcionam mais mal do que bem – já foi um desastre. Apesar disso, o Brasil retomou a construção de Angra 3 e o governo alemão garante os créditos de exportação para isso.

De forma parecida – ainda que geralmente mais discreta – a participação de empresas alemãs em outros megaprojetos polêmicos também sempre conta com apoio político. Mesmo que políticos e empresários alemães façam isso por desejo expresso das autoridades brasileiras que, em última análise, são os responsáveis por seus projetos, é preciso dizer que nada tira dos alemães a responsabilidade compartilhada pelas consequências negativas de suas atividades para as pessoas e o meio ambiente.

A megasiderúrgica da Thyssen-Krupp no Rio

O estadista brasileiro mais destacado do século XX, sem dúvida, foi o presidente Getúlio Vargas (1930-45; 1951-54). Nacionalista autocrático, ele foi o principal responsável pela criação da Previdência Social e de importantes leis trabalhistas, mas também e principalmente pela industrialização com forte participação estatal. Seu sócio preferido na construção de uma grande siderúrgica em Volta Redonda, no estado do Rio de Janeiro, teria sido a firma alemã Krupp, mas por motivos estratégicos a estatal Companhia Siderúrgica Nacional, fundada em 1941 e inaugurada em 1946, foi construída com ajuda dos Estados Unidos.

A hora e a vez dos alemães chegaria somente 60 anos mais tarde. Desde 2006,

na baía de Sepetiba, na zona oeste do Rio de Janeiro, o conglomerado Thyssen-Krupp lidera a construção do maior complexo siderúrgico da América Latina – justamente no mesmo lugar que, na Segunda Guerra Mundial, fora recusado por razões de segurança. Na época, Vargas queria excluir o risco de ataques pela Marinha do *Reich*. Hoje, a companhia Vale, gigante na produção de minério de ferro, detém 27% da ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA).

Trata-se de um clássico projeto extrativista do tipo enclave econômico em Santa Cruz, uma das regiões mais pobres do Rio de Janeiro. A Vale fornece o minério de ferro extraído em Minas Gerais, o carvão mineral para as coqueiras vem da Colômbia e a produção inteira é exportada para as plantas da Thyssen-Krupp – cerca de 60% vão para uma nova siderúrgica no estado americano do Alabama e 40% para a Alemanha. Lá, as placas de aço bruto, que chegam a pesar até 35 toneladas, são processadas e viram chapas ou se transformam em outros produtos que abastecem a indústria automobilística, entre outros setores. No início de 2012, a produção anual já atingira metade da meta de 10 milhões de toneladas de aço.

Durante muitos anos, a mídia local festejou a construção da usina como sendo o “filé mignon” do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) de Lula. Numa brochura da ThyssenKrupp de 2009, o diretor para meio ambiente, Gunnar Still, elogiou a rapidez da autorização para a obra, que levou apenas dois anos para sair: “Na Alemanha, teria demorado muito mais tempo”. A empresa retribuiu com uma doação milionária para a reforma da sede do Instituto Estadual do Ambiente (Inea), responsável pela concessão das licenças no estado do Rio de Janeiro.

Embora até hoje o Ibama não tenha concedido a licença de operação definitiva da siderúrgica, a produção começou em 2010, quando o presidente Lula inaugurou a fábrica, elogiando-a como emblema de um crescimento “responsável e sério” do Brasil. No entanto, as funestas consequências do megaprojeto para as pessoas e o meio ambiente já estavam mais do que claros. Desde o início dos trabalhos de escavação da lama em 2007, sedimentos de metais pesados altamente tóxicos foram revirados e milhares de famílias de pescadores perderam a sua base de sobrevivência. Os pescadores que ainda continuam pescam, na melhor das hipóteses, um quarto da quantidade de peixes que pescavam antes da TKCSA.

O líder da Associação dos Pescadores dos Cantos dos Rios, Luis Carlos Oliveira, foi obrigado a deixar Santa Cruz em 2009 depois de várias ameaças de morte, indo para outro estado sob proteção federal da Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Virou vítima dos milicianos que dominam Santa Cruz. Ainda não há provas de uma ligação direta entre eles e a direção da firma. A Secretaria de Direitos Humanos fala de milicianos que “supostamente” estiveram empregados no setor de segurança da fábrica da TKCSA. Até hoje, Luis Carlos Oliveira ainda não voltou para casa. Frequentemente, pessoas suspeitas perguntam por ele em seu antigo bairro.

Jadir Baptista, membro da diretoria da CUT do Estado de Rio de Janeiro, relata ter sido expulso do terreno por vigias “com a pistola encostada na cabeça”. Depois que a fábrica entrou em produção em 2010, a sorte dos pescadores ficou em segundo plano, pois os moradores do entorno começaram a se organizar por causa da nítida poluição ambiental causada pela fábrica. Logo surgiram relatos

de alergias, problemas respiratórios, tosse e outras doenças ligadas às emissões de poeira da fábrica.

Em agosto e dezembro de 2010, houve episódios de chuva de “poeira de prata”. A secretaria estadual de Meio Ambiente emitiu muitas milionárias e ameaçou fechar a fábrica. A abordagem também começou a mudar na mídia. O Ministério Público fez denúncias, que não foram julgadas ainda. As emissões de CO2 do Rio dobraram. Apesar de tudo, a TKCSA conta com apoio das Nações Unidas, tendo sido enquadrada na categoria de “projeto de proteção ao clima” no âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo graças a algumas tecnologias altamente eficientes em uso de energia.

Durante alguns meses, a poeira cinza penetrava pelas frestas das casas, cobria camas e invadia as salas. Um porta-voz da Thyssen Krupp explicou que, na operação de siderúrgicas, não se produzem gases tóxicos que possam pôr em risco a saúde da população e que um alto-forno em operação apenas emite poeira de grafite totalmente inofensiva.

Mas a percepção dos moradores das vizinhanças é outra. Casos de eczemas, conjuntivites, pruridos e problemas pulmonares aumentaram ao redor da fábrica. Assim, semanas depois do início da operação, a doméstica Ivonete Martins teve uma alergia. As duas pernas incharam, os médicos não sabiam o que fazer, ela perdeu o emprego.

“Eu apenas vegetava, gritava de dor à noite, pensei até em suicídio”, conta Ivonete, de 56 anos. “Parecia um cachorro leproso”. No final, o médico confirmou o diagnóstico do qual ela nunca duvidara: a causa da alergia era a poeira da siderúrgica. “A Thyssen nunca apareceu, para eles, nós os pobres não somos gente”, diz ela. Ivonete acabou se recuperando, mas suas costas e pernas estão marcadas para sempre por cicatrizes.

A renomada Fiocruz apontou para os riscos existentes para a população em suas primeiras investigações. Os pesquisadores conseguiram constatar a existência de 24 substâncias químicas na poeira de grafite, entre elas, metais pesados tóxicos. Três deles foram acusados pela ThyssenKrupp de terem causado “danos imateriais”, por haverem alertado contra a possibilidade de incidência de câncer, abortos naturais e doenças de fundo nervoso. Finalmente, a multinacional retirou sua queixa.

Centenas de famílias procuraram a ouvidoria de Santa Cruz para falar sobre danos à saúde, e o Ministério Público entrou com mais uma ação contra crime ambiental. Até março de 2012, ainda se tentava conseguir um relatório de investigação da Câmara de Deputados. O deputado do Partido Verde Alexandre José Adriano reivindicou que se cortassem os benefícios fiscais concedidos há anos à TKCSA.

“A Thyssen continua mandando no jogo”, julga a economista Karina Kato, do Instituto para Políticas Alternativas para o Cone Sul, PACS. Segundo ela, o projeto é politicamente desejado – não apenas por Brasília, como também pelo governador Sérgio Cabral e pelo prefeito Eduardo Paes. Com vistas aos votos, a multinacional vem sendo criticada aqui e acolá por políticos, mas o mais decisivo é a pressão sobre funcionários das autoridades ambientais e de fiscalização.

Financeiramente, o projeto continua um desastre para os alemães. Os custos da obra aumentaram de €1,7 bilhão para 5,2 bilhões. Para garantir maior estabilidade, várias estacas foram colocadas no terreno pantanoso, um total de 1.200 km no lugar dos 850 km planejados. E houve problemas com firmas terceirizadas. Assim, a construção da coqueria encomendada ao conglomerado chinês Citic, criticada pelos sindicatos brasileiros e que deveria sair €70 milhões mais barato, teve problemas na armação de aço que tiveram de ser consertados. No final, a CSA teve que contratar uma empresa do próprio grupo Thyssen, a firma Uhde, para apoiar a construção da coqueria com os chineses, a um custo adicional de €100 milhões.

Assim, a ThyssenKrupp terminou o ano fiscal 2010/2011 com €1,78 milhão no vermelho, principalmente por causa dos prejuízos no Brasil. No final de 2011, o executivo Ekkehard Schulz entregou seu cargo no Conselho de Administração, e pouco tempo depois começaram a circular os rumores de que a Vale assumiria o projeto inteiro da ThyssenKrupp. No modelo de desenvolvimento para a baía de Sepetiba, região para a qual já há uma série de outros megaprojetos planejados à custa da pesca e do turismo, nada mudaria. Ao contrário: o interesse da opinião pública crítica, principalmente na Alemanha, simplesmente iria esmorecer.

Nas assembleias da ThyssenKrupp dos últimos anos, acionistas críticos vêm apontando para as falhas com ampla repercussão na mídia. Em 2010, até o pescador ameaçado, Luis Carlos Oliveira, foi levado para a Alemanha. Mas as coisas não mudaram muito. As reivindicações dos pescadores por indenização puderam ser friamente rechaçadas pelos responsáveis, pois pela lei a matriz alemã não pode ser responsabilizada pelos crimes da sua filial no Brasil. Por esta razão, a rede de ONGs European Coalition for Corporate Justice pede que as legislações alemã e europeia sejam modificadas e adaptadas.

A cooperação nuclear teuto-brasileira

Em julho de 2011, a presidente Dilma Rousseff deu a largada para a construção de um submarino nuclear e quatro convencionais. O projeto havia sido acordado entre Lula e seu colega francês Nicolas Sarkozy em 2008/09. Ele prevê uma ampla transferência de tecnologia. A exceção é a combustão nuclear, em cujo desenvolvimento os engenheiros nucleares brasileiros vêm trabalhando há décadas no centro de pesquisa da Marinha Aramar, próximo de São Paulo – com ajuda alemã, como se diz. O submarino nuclear franco-brasileiro deve estar pronto em 2023.

No centro do debate, no entanto, antes e depois de Fukushima, está o uso civil da energia atômica. Apesar das primeiras reações cautelosas do governo diante da catástrofe no Japão, não houve nenhuma mudança de rumo. A obra da usina de Angra 3, decidida em 2007 e iniciada em 2010, continuou. Na Alemanha, negocia-se uma garantia de crédito de exportação para financiar o projeto. Os contribuintes alemães teriam que entrar com uma soma da ordem de €1,3 bilhão, caso o Brasil não pudesse mais pagar a polêmica usina.

Por enquanto, o projeto controverso é o último capítulo do Acordo Brasil-Alemanha sobre a Cooperação no Setor do Uso Pacífico da Energia Atômica de junho de 1975, que originalmente previa a construção, no Brasil, de oito usinas nucleares, uma planta de enriquecimento de urânio e outra de reciclagem.

Os reais resultados ficaram bem abaixo dessa expectativa: Angra 2, cuja construção custou estimados US\$10 bilhões, tornando-a a usina nuclear mais cara do mundo, começou a operar no ano de 2000, 23 anos depois do início da obra. Angra 3 está planejada para começar a operar em 2016 (Angra 1, que funciona regularmente desde 1985, foi construída pela empresa norte-americana Westinghouse).

Apesar dos altos custos econômicos e de consideráveis riscos para a população, Lula e Dilma continuam apostando na construção de usinas atômicas. O fator decisivo para a retomada do programa nuclear civil parecem ter sido as reflexões geoestratégicas que sempre caracterizaram a política atômica brasileira. As fases em que o distanciamento crítico em relação a Washington aumentou acabaram beneficiando os alemães.

Desde sempre, os impulsos decisivos para o programa nuclear brasileiro vieram da parte dos militares, que a longo prazo almejam a construção da bomba. Não por acaso, o acordo nuclear Brasil-Alemanha foi assinado em 1975, em plena ditadura militar.

Hoje, a presidente Dilma Rousseff aponta para a necessidade de proteger os recursos naturais brasileiros, principalmente as gigantescas reservas de petróleo no pré-sal, na costa do Atlântico. Samuel Pinheiro Guimarães, na época de Lula o número dois do ministério das Relações Exteriores e depois ministro para Assuntos Estratégicos, resume muito bem o pensamento nacionalista da esquerda. Assim, ele considera um erro o antecessor de Lula, Fernando Henrique Cardoso, ter assinado em 1998 o Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.

Além disso, ele se coloca veementemente contra o fato de o Brasil assinar o Protocolo Adicional ao Tratado, pois então inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) poderiam visitar sem anúncio prévio a fábrica de enriquecimento de urânio em Resende ou as instituições de pesquisa da Marinha no estado de São Paulo.

Durante a Segunda Guerra Mundial, o Brasil forneceu areia monazítica aos EUA para fins de obtenção de urânio. Pouco depois, o vice-almirante da Marinha Álvaro Alberto da Mota e Silva, de tendência nacionalista, reivindicou como contrapartida a transferência de tecnologia para facilitar o ingresso do Brasil em um programa atômico independente. Não teve sucesso.

Engenheiros e empresas alemãs da área nuclear já apareceram naquela época como alternativa atraente aos americanos, bem mais restritivos. Em 1956, as primeiras três ultracentrífugas foram enviadas da Alemanha para o Brasil, por iniciativa de Álvaro Alberto – é verdade que, por intervenção dos EUA, só três anos depois de terem sido encomendados, quando a Alemanha reconquistou sua soberania plena. Mas as centrífugas não serviram para enriquecer urânio, ganhando o apelido irônico de “máquinas de fazer chocolate”.

Em junho de 1968, o ministro das Relações Exteriores, Willy Brandt, declarou no Brasil que a Alemanha estaria disposta a fornecer tecnologia nuclear ao Brasil. Em

1969, seguiu-se a assinatura de um acordo para cooperação científica. Técnicos nucleares brasileiros foram formados na Alemanha. Em outros países, cresceu a suspeita de que os alemães fossem preparar no Brasil sua própria pesquisa nuclear.

A decisão do governo americano em julho de 1974 de parar com a exportação de urânio enriquecido para o Brasil acelerou a aproximação com a Alemanha, vista com grande desconfiança pelos EUA. Além disso, o general Ernesto Geisel aproveitou a crise do petróleo para fazer propaganda massiva para a ampliação da energia atômica. Klaus Scharmer, do Centro de Pesquisa Nuclear de Jülich, anunciou uma ampla transferência tecnológica para ajudar no desenvolvimento.

Depois da assinatura em junho de 1975, o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha foi comemorado pelos dois países como sendo o negócio do século. Filial da Siemens, a KWU estimou ganhos de 12 bilhões de marcos, bancos alemães ganharam dinheiro com o financiamento. Mas do lado brasileiro, o sonho se desfez em poucos anos.

A explosão de custos que ocorreu no setor nuclear globalmente na segunda metade dos anos 1970 ultrapassou as possibilidades das finanças estatais. Somaram-se a isso, problemas de construção civil na praia de Itaorna (“pedra podre”, em tupi guarani), semelhante ao que ocorreria décadas depois na siderúrgica TKCSA.

A esperada transferência de tecnologia também deu errado, pois por pressão dos EUA, os holandeses se recusaram a fornecer combustíveis e tecnologia para o Brasil a partir do centro de pesquisa Urenco, uma *joint venture* entre Alemanha, Grã-Bretanha e Holanda. Em lugar disso, a KWU ofereceu a tecnologia de *jet nozzle* para as centrífugas, mas que ainda estava no estágio inicial. Em seguida, os militares iniciaram em 1979 o programa nuclear militar paralelo, mantido em sigilo durante muitos anos, do qual novamente participaram técnicos alemães.

Esse acordo foi um grande equívoco, podendo ser usado como exemplo de como não fazer transferência de tecnologia, escreveu em 1995 o cientista político Andreas Boeckh. Físicos nucleares brasileiros, como Luiz Pinguelli Rosa, do Rio de Janeiro, a cujas objeções o governo militar não deu ouvidos, concordam.

Para Ruy de Goes, especialista do Greenpeace, foi “o pior negócio da História do Brasil”. A explosão de custos em Angra dos Reis continuou durante a crise da dívida nos anos 1980, acrescido de mau gerenciamento das estatais Furnas e Eletronuclear. Pinguelli Rosa e seu colega Ildo Sauer, da Universidade de São Paulo, apontaram para relações institucionais graves no setor nuclear que dificultaram consideravelmente um controle democrático pela sociedade civil.

De forma geral, existe a percepção de que também houve corrupção nas atividades do *lobby* nuclear. As quantias bilionárias e o alto grau de sigilo podem ter facilitado a corrupção, assim como o fato de que esses pagamentos, na Alemanha, podem ser isentos de impostos.

O dinheiro para a aventura nuclear certamente poderia ter sido mais bem empregado sob o ponto de vista do desenvolvimento. Assim, no fim de 1999, a dívida externa brasileira era de cerca de US\$237 bilhões, dos quais o Programa Nuclear participara com 8,5%, com estimados US\$20 bilhões.

Por suas numerosas panes técnicas, Angra 1 logo ganhou o apelido de vagalume. A Siemens chegou a ajudar a Westinghouse algumas vezes, fornecendo combustível. No período 1993/94, Angra 1 ficou 21 meses sem funcionar porque os bastões com combustível produzidos em Resende, em sociedade com a Siemens, não funcionaram. Depois, voltou-se a comprar o combustível da Westinghouse, mas uma fábrica da Siemens em Ohio forneceu óxido de urânio (U 235).

A usina de Angra 2 começou a operar em 2000. A obra de Angra 3 foi iniciada em 2010. No início de 2012, 3 mil trabalhadores da empreiteira Andrade Gutierrez estavam trabalhando no canteiro de obras da Rio-Santos, numa região que em tempos de fortes chuvas sofre com pesados deslizamentos de terras, a 15 km de Angra dos Reis, cidade de 170 mil habitantes.

Em visita oficial à Alemanha em março de 2012, a presidente Dilma Rousseff explicou que Angra 3 seria construída porque o Brasil já investiu muito dinheiro na usina. Além disso, esclareceu a presidente, o Brasil não quer “demonizar a energia nuclear”. Enquanto era ministra de Energia e depois da Casa Civil do governo Lula, Dilma se posicionara contra a retomada de Angra 3, com argumentos parecidos com que até hoje fundamenta sua posição cética em relação à energia eólica ou solar. Diz ela que, comparado à hidroeletricidade, todas as outras fontes de energia são excessivamente caras.

Mas já durante seu primeiro governo Lula, queria deixar em aberto a opção nuclear por motivos geopolíticos. Isso ficou evidente no conflito em torno do acesso de inspetores da Agência Internacional de Energia Atômica à fábrica de enriquecimento de urânio em Resende, inaugurada finalmente em 2006. Com a observação de que dispõe de tecnologia nuclear desenvolvida de forma “independente”, o Brasil se reserva o direito de não oferecer uma parte das instalações ao controle da AIEA, recusando-se a assinar o Protocolo Adicional ao Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares.

De acordo com matérias publicadas na imprensa brasileira, é bastante provável que o engenheiro nuclear alemão Karl-Heinz Schaab tenha participado do desenvolvimento destas centrífugas na primeira metade dos anos 1990 no Centro de Pesquisa da Marinha em Aramar. Schaab depois seria condenado e preso na Alemanha, acusado de ter fornecido clandestinamente plantas e peças para ultracentrifugadoras de gás para o Iraque. Em 1980, o Iraque comprara dióxido de urânio brasileiro no que seria o início de uma intensa cooperação armamentista. Através de sócios brasileiros, empresas nucleares da Alemanha começaram a fazer negócios com o Iraque. Assim, a H&H Metallform da cidade de Drensteinfurt, na Vestfália, forneceu centrífugas primeiro para o Brasil e depois para o Iraque. Nos anos 1980, a cooperação nuclear teuto-iraquiana estava em pleno florescimento.

Em novembro de 2004, diplomatas brasileiros conseguiram evitar a ameaça de rompimento do Acordo Nuclear Brasil-Alemanha de 1975, rejeitado por críticos da energia nuclear e políticos verdes dos dois lados do Atlântico. O então ministro alemão da Economia foi contra o rompimento, o qual representaria o fim da garantia de empréstimo dada pela Hermes, agência estatal de crédito alemã, para a construção de Angra 3.

Apesar da decisão de abandonar a tecnologia nuclear, em 2011, o governo alemão quer conceder uma garantia Hermes para o crédito à exportação no valor de €1,3 bilhão para Angra 3. Isso não mudou nem com o fato de que, em abril de 2011, a empresa Siemens tenha saído da sociedade com a empresa teuto-francesa Areva NP, que agora assumiu a parte de tecnologia nuclear da obra. No início de 2012, ainda havia cerca de 6 mil pessoas empregadas em instalações da Areva na Alemanha, principalmente na sede de Erlangen.

Críticos da energia nuclear na Alemanha organizaram uma grande campanha contra a concessão deste crédito. ONGs como Greenpeace e Urgewald apresentaram laudos de dois especialistas brasileiros apontando para graves falhas de segurança em Angra 3. “Tudo aquilo que gerou a catástrofe de Fukushima pode ser encontrado em Angra: hipóteses equivocadas, um local inadequado e tecnologia obsoleta”, disse Barbara Happe da ONG Urgewald.

Segundo o engenheiro nuclear Francisco Corrêa, Angra 3 não preenche nem mesmo os padrões da usina de Grafenrheinfeld, com projeto muito semelhante, e que deixará de operar em 2015. Com apenas 60 centímetros, a espessura da cúpula é a metade, não estando protegida contra possíveis quedas de avião ou explosões de hidrogênio. O engenheiro diz ainda que o Brasil ignora novas medidas de segurança adotadas depois do acidente de Fukushima.

A “cultura de segurança” do setor nuclear brasileiro se caracteriza por graves falhas, confirma também o especialista em energia Célio Bermann. Assim, não existe uma agência de fiscalização nuclear independente do governo. Muitas das 44 condições feitas pelo ministério do Meio Ambiente em troca da autorização de construção em 2009 ainda não foram cumpridas. A usina de Angra 2 funciona há 12 anos sem licença definitiva de obra.

Mas como a base do PT foi em larga medida cooptada e a despolitização avança a passos rápidos, a questão nuclear não é mais tão importante para a opinião pública, diferentemente do que ocorria nas últimas décadas do século XX. Mesmo assim, pesquisas de opinião recentes dão conta de que a grande maioria dos brasileiros rejeita a construção de novas usinas atômicas.

Tanto a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) quanto os verdes no Congresso se pronunciaram contra o crédito de exportação alemão para a construção de Angra 3. Eles enviaram uma carta-protesto ao ministro alemão Guido Westerwelle por ocasião de sua visita oficial ao Brasil em fevereiro de 2012, avisando que os recursos para Angra 3 farão falta para o “desenvolvimento de alternativas sustentáveis no abastecimento de energia”.

Na Alemanha, a queda de braço em torno desse crédito à exportação ainda não terminou. O segundo laudo, concluído pelo instituto Istec por encomenda da empresa Areva no dia 28 de março de 2012, deixa em aberto todas as questões importantes. O laudo deveria esclarecer se todas as condições da licença de construção serão cumpridas e se, diante dos novos conhecimentos obtidos depois do acidente de Fukushima, a nova usina realmente é segura.

A Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN), responsável pela avaliação de conteúdo do cumprimento das condições, ainda não teria se pronunciado

sobre nenhum dos temas, impossibilitando um laudo definitivo. Mais fracos ainda são os resultados ligados às consequências de Fukushima. Os avaliadores escrevem que a direção da usina espera um teste de estresse de dimensões ainda não definidas e cujos resultados são esperados até o final de junho de 2012. Outros detalhes sobre um plano de evacuação só são esperados para 2013.

“Em vez de apostar na expertise própria, o governo pelo jeito prefere o teste de estresse brasileiro e a avaliação de uma entidade que nem é independente”, disse Barbara Happe. A Areva explicou que, apesar dos “pontos em abertos”, nem a direção da usina, nem as autoridades viam motivos para colocar em cheque a segurança da instalação. O ministério alemão da Economia admitiu no início de maio de 2012 que “ainda não existem documentos para alguns aspectos essenciais de segurança”. Por isso, a decisão definitiva sobre a garantia de empréstimo só poderá ser tomada “mais tarde”.

O extrativismo para exportação na Amazônia

O sistemático desbravamento da Amazônia também teve seu início durante o regime militar brasileiro. Na construção da mega-hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu, afluente do Amazonas, em lugar de participação há autoritarismo e nepotismo. O bispo Erwin Kräutler de Altamira, Pará, lembra a todo momento da ditadura. Em 2011, começou a obra da terceira maior hidrelétrica do mundo.

Segundo a presidente Dilma Rousseff, o megaprojeto é indispensável para o “desenvolvimento” do Brasil e, em especial, da Amazônia. No entanto, a maior parte da energia subsidiada provavelmente será canalizada para fábricas privadas de aço e alumínio, perpetuando o papel da Amazônia de fornecedora de matérias-primas para a Europa, a América do Norte e a Ásia. Precisamente essa dimensão internacional, que no debate público geralmente é omitida, constitui uma chave decisiva para a compreensão do megaprojeto.

Ao longo das últimas décadas, os países do Norte vêm exportando cada vez mais os setores intensivos em uso de energia, como a produção de alumínio, aço e celulose, para os países do Sul. O Brasil também é “refém” desse processo em que a produção é decidida em nível internacional, enquanto o país paga os custos socioambientais, diz o especialista em energia Célio Bermann, que reivindica a responsabilidade compartilhada do Norte.

Na Alemanha e em outros países industrializados, onde até governos frequentemente se preocupam com o “pulmão verde” (Amazônia), cabe a poucos ativistas de organizações ambientalistas, da igreja de base ou das relações Norte-Sul apontar para essa responsabilidade compartilhada. Junto com simpatizantes das metrópoles brasileiras, eles apoiam os movimentos locais de resistência.

Os governos europeus, por sua vez, enxergam, sobretudo, interesses comerciais. O embaixador de um país da União Europeia disse recentemente que não via nenhum absurdo em Belo Monte, “afinal, nossas empresas estão ganhando com isso”. Ele tem razão: caminhões da Mercedes-Benz já estão trabalhando na terraplanagem no canteiro de obras, motosserras da Stihl cortam as árvores, e as

turbinas, os geradores e os transformadores serão fornecidos por um consórcio que une a francesa Alstom, a austríaca Andritz e a alemã Voith-Hydro à *joint venture* Siemens e Voith. Em 2011, a Voith-Hydro informou ter recebido uma encomenda de €443 milhões.

A obra da segunda maior hidrelétrica do Brasil movimentou tanta terra quanto a construção do Canal de Panamá há cem anos. Em 2011, a Mercedes-Benz recebeu uma encomenda de 540 caminhões do consórcio Norte Energia. O negócio foi estimado em mais de R\$ 200 milhões. Isso equivale a dizer que, pelo lado alemão, acabam sendo sabotadas todas as inúmeras iniciativas de desenvolvimento e de proteção à floresta que estão sendo realizadas há muitos anos na Amazônia.

Naturalmente, não é apenas o capital internacional que ganha dinheiro com Belo Monte, mas também empresas brasileiras, como a empreiteira de Angra, Andrade Gutierrez, ou a Vale, gigante da mineração e sócia da ThyssenKrupp, que desde a sua privatização parcial nos anos 1990 se tornou o segundo maior conglomerado de matérias-primas do mundo.

Tanto a siderúrgica no estado do Rio de Janeiro, quanto o programa nuclear mostram claramente que empresas alemãs aproveitam as possibilidades de negócios no Brasil, com apoio do governo de Berlim. Os parâmetros e o modelo de desenvolvimento são dados pelo governo brasileiro e há poucos indícios de que, no curto prazo, alguma coisa mude neste extrativismo capitalista que agride o meio ambiente. Os movimentos sociais deveriam tentar colocar na ordem do dia a discussão sobre “alternativas ao desenvolvimento”, levadas a cabo principalmente no Equador, no Peru e na Bolívia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DANTAS, Vera. Samuel Pinheiro Guimarães: Investir no nuclear é questão de uma decisão política. *Revista Brasil Nuclear* 15/37, 27/10/2010. Disponível em: <http://www.aben.com.br/publicacoes/brasil-nuclear/00000000024/samuel-pinheiro-guimares-investir-no-nuclear-questo-de-uma-deciso-poltica/00000000071>
- DILGER, Gerhard. *A Aventura Nuclear Brasileira, 25 anos do Acordo Brasil – Alemanha, Sociedade Angrense de Proteção Ecológica* 2001. Disponível em: <http://www.sindipetro.org.br/extra/aventura-nuclear/index.htm>
- FDCL/Rosa-Luxemburg-Stiftung (Hg.), *Der Neue Extraktivismus – Eine Debatte über die Grenzen des Rohstoffmodells in Lateinamerika*. Berlin, 2012. Disponível em: http://fdcl-berlin.de/fileadmin/fdcl/Publikationen/Der_Neue_Extraktivismus/Der_Neue_Extraktivismus_web.pdf
- FÜLLGRAE, Federico. *A bomba pacífica – O Brasil e outros cenários da corrida nuclear*. São Paulo, 1988.
- GALL, Norman. *Atoms for Brazil, dangers for all*. 1976. Disponível em: http://www.normangall.com/brazil_art18eng.htm
- GERSTETTER, Christiane; KAMIETH, Alexander. *Unternehmensverantwortung – Vorschläge für EU-Reformen. Eine juristische Analyse der Auslandstätigkeit zweier deutscher Unternehmen*. Berlin, 2010. Disponível em: <http://www.germanwatch.org/de/2572>
- GRUBER, Joachim. *European Judas: Germany's Proliferation of WMD Technology*. Disponível em: <http://www.acamedia.info/politics/hmi.htm>
- Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo. *Más allá del desarrollo*. Quito, 201. Disponível em: <http://www.rosalux.org.ec/es/mediateca/documentos/281-mas-alla-del-desarrollo>
- MALHEIROS, Tania. *Brasil: a bomba oculta – O programa nuclear brasileiro*. Rio de Janeiro, 1993.
- MALHEIROS, Tania. *Histórias secretas do Brasil nuclear*. Rio de Janeiro, 1996.
- ROSA, L. P.; BARROS, F. de S.; BARREIROS, Suzana Ribeiro. *A política nuclear no Brasil*. São Paulo, 1991.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *A energia nuclear e a soberania nacional*. Carta Maior, 4 de maio de 2010. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/materiaMostrar.cfm?materia_id=16572
- RUSSAU, Christian. *Schlacke und Staub - Der Konflikt um das Stahlwerk TKCSA von ThyssenKrupp in Rio de Janeiro*. Berlin, 2012. Disponível em: http://fdcl-berlin.de/fileadmin/fdcl/Publikationen/TKCSA-Schlacke_und_Staub-2012.pdf
- Anti-Bürgerschaftsgutachten für Urgewald/Greenpeace*. Fevereiro, 2012. Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/report/2012/Angra3%20security.pdf> (Corrêa); <http://www.greenpeace.org/brasil/Global/brasil/report/2012/Estudo%20Angra%203-garantia%20Hermes%20-%20CB.pdf> (Bermann)